

# Câmara ajuda plano eleitoral de Bolsonaro

» SACHA CALMON  
Advogado



Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Lu Aiko Otta e Lucinda Pinto são jornalistas investigativos. Dizem que a Câmara aprovou, durante votação em segundo turno, destaques da PEC dos Precatórios, com mudança da regra de correção do teto de gastos instituído em 2016. O dispositivo limita a expansão dos gastos correntes da União à variação da inflação do ano anterior.

Proposta pelo governo, a alteração abre espaço no Orçamento de R\$ 106,1 bilhões para a elevação de despesas. “É um abalo sísmico nas regras fiscais”, diz Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado. A proposta altera a principal âncora da política fiscal e foi motivada por interesse eleitoral. “Vai reduzir as perspectivas de crescimento de 2022 por meio do canal dos juros.”

O governo quer usar a folga no teto para, em ano eleitoral, pagar um Auxílio Brasil de R\$ 400 até dezembro de 2022. Para isso, reatuará o benefício do antigo Bolsa Família em cerca de 20% e pagaria um complemento àqueles que ficassem abaixo dos R\$ 400. Aprovada por 316 votos — oito acima do mínimo necessário —, a medida precisa passar por mais votações no Senado da República.

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a suspensão da execução dos recursos das chamadas emendas do relator (orçamento secreto), relativas ao Orçamento deste ano, até que seja julgado o mérito de três ações que questionam essa prática do Congresso Nacional. O orçamento secreto foi usado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para conseguir apoio de deputados para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/2021, a PEC dos Precatórios. O placar final no plenário do STF ficou em 8 a 2, referendando integralmente a liminar da ministra Rosa Weber, em Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental ajuizadas pelo Cidadania, pelo PSB e pelo PSol.

Conforme a decisão, o Congresso Nacional, a Presidência da República e os ministérios da Casa Civil e da Economia devem tornar públicos, no prazo de 30 dias, os documentos encaminhados aos órgãos e às entidades federais que embasaram as demandas ou resultaram na distribuição de recursos provenientes das emendas do relator-geral (identificadas pela rubrica RP9) nos orçamentos de 2020 e 2021. A informação deve ficar disponível em plataforma centralizada e de acesso público.

Seguiram o entendimento da relatora a ministra Cármen Lúcia e os ministros Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Alexandre de Moraes, Luiz Fux e Dias Toffoli. Gilmar Mendes divergiu parcialmente da relatora. Em seu voto, ele propôs a implementação de medidas para possibilitar a transparência da destinação dos recursos, mas não referendou a suspensão da execução orçamentária das emendas do relator. “O congelamento das fases de execução dessas despesas é dramático, principalmente em setores essenciais à população, como saúde e educação”, apontou.

O ministro Nunes Marques, reconheceu que o formato atual de execução das emendas

ofende os princípios da transparência e da publicidade, mas votou pelo deferimento da liminar unicamente para exortar o Congresso Nacional a fazer, no exercício de 2022, o aperfeiçoamento legislativo de tramitação das normas orçamentárias.

Em seu voto, a ministra Rosa Weber reiterou os termos da liminar, ressaltando que o modelo de execução financeira e orçamentária das despesas decorrentes de emendas do relator viola o princípio republicano e transgredi-lo fere o regime de transparência no uso dos recursos financeiros do Estado.

Dessa forma, após aprovadas, elas passam a integrar o orçamento atribuídas ao próprio relator-geral, embora a alocação de despesas resulte, na realidade, de acordos celebrados entre membros do Congresso Nacional.

Outro ponto observado pela ministra foi o aumento expressivo na quantidade de emendas apresentadas pelo relator do orçamento (523%) e no valor das dotações consignadas (379%), apontado pelo Tribunal de

Contas da União (TCU) no julgamento das contas do presidente da República referentes a 2020. Segundo Rosa Weber, os dados revelam o descaso do Congresso Nacional e dos órgãos do Sistema de Governo e Administração Financeira do Orçamento Federal para com os princípios orientadores da administração pública.

Parte da classe média brasileira adotou, por mimetismo, “criticar a Suprema Corte”, sem mesmo saber o seu papel no contexto dos pesos e contrapesos que o judiciário representa no constitucionalismo americano e também no nosso, por isso, copiamos, ou melhor, adaptamos, por obra de Rui Barbosa, aquele outro à nossa doutrina constitucional. Lá, como cá, adotou-se o judicial review, ou seja, o regime jurídico-político da Supremacia do Poder Judiciário, que pode, lá como cá, repita-se, declarar, em última instância, a inconstitucionalidade das leis e dos atos administrativos em face da Constituição, da qual a Suprema Corte é guardiã no exercício da sua zeladoria.

## WebSummit, o evento dos desejos de Brasília...

» VINICIUS LAGES

Foi ministro do Turismo, diretor do Sebrae Nacional e hoje é diretor-técnico do Sebrae Alagoas

Um dia a Europa foi o centro do mundo... E isso não faz muito tempo... No início de novembro, os olhos do futuro estavam voltados para aquele continente. Enquanto em Glasgow, na COP26, as nações se reuniram para buscar uma revisão do tratado de Paris que garantisse a efetividade nas ações que o ambiente demanda, em Lisboa, no WebSummit, cidadãos de todas as partes do mundo buscavam entender os desafios que a tecnologia nos impõe no início do terceiro milênio.

O WebSummit é considerado o maior evento de empreendedorismo e inovação da Europa, ou a “Davos dos geeks”, para a Bloomberg, e apresentou, em 2021, números superlativos. Foram mais de 42 mil participantes de 128 países, pela primeira vez com 50,5% de participação feminina, envolvendo 211 parceiros, 784 palestrantes em múltiplas arenas e workshops, 1.519 startups, 872 investidores e 1.878 jornalistas do mundo inteiro. Esse é o evento dos desejos de Brasília. Nossa capital quer, também, ser o centro das atenções e mostrar que, onde o poder político se encontra, as iniciativas disruptivas podem ser acolhidas. Atrair talentos, fundos de investimento, inovação.

Em que pese a presença das bigtechs e de centenas de empresas de base tecnológica, o WebSummit 2021 foi mais sobre o impacto das tecnologias em nossas vidas, negócios, política, do que sobre tecnologias em si. Temas relevantes do momento, como privacidade, assimetrias na relação entre desenvolvedores de aplicativos e as plataformas IOS e Android, a

falta de transparência e regulação dos algoritmos, avanços da inteligência artificial sobre todas as esferas da vida, o metaverso, as NFT (non-fungible tokens), os criptoativos, cloud computing, smart cities, Metaverso, blockchain, fizeram parte dos múltiplos debates.

A retomada do evento presencial foi uma chamada para voltarmos ao humano e entendermos o mundo pós-pandemia em que o equilíbrio entre o virtual e o presencial é obrigatório e que, por vezes, se confundem em metaversos variados. Para conviver nesse novo “normal”, é necessário mais colaboração da inovação aberta acelerada em rede global. Acelerar respostas como a das vacinas, que encurtaram a distância entre a pesquisa e a aplicação. Mas também como as empresas de tecnologias e os fundos de investimentos poderão acelerar uma transição para uma economia de menor impacto de carbono, mais orientada pelos ODS, ESG, e até mesmo regenerativa dos danos causados pelos modelos econômicos atuais.

Muitos debates trataram das assimetrias causadas pela concentração no domínio dos algoritmos, dos direitos usurpados pelas plataformas, das margens de receitas desproporcionais e do poder das plataformas da Apple e Android sobre os desenvolvedores de aplicativos. A retomada de redes sociais “em escala humana” é uma opção, sem os algoritmos que amplificam, que alimentam a desinformação e a disseminação de discursos de fake news, ódio, racismo, xenofobismo. A relevância na

web não reside no grande número de seguidores, mas na capacidade de produzir conteúdo com credibilidade, apesar das centenas de influenciadores com bases gigantescas de seguidores construindo “verdades”; manipulando opiniões e escolhas; e sustentando marcas.

A desigualdade digital também foi um tema de interesse, em um mundo onde há 3,7 bilhões de pessoas sem internet ou acesso à economia digital. Isso ficou mais evidente na pandemia com o movimento Digital right as human right!, que pretende pautar o acesso e a inclusão digital como prioridades.

Tim Bernes Lee, criador da www (world wide web), falou da necessidade de se criar uma nova geração de internet, para além da web 3.0 ou do metaverso. Lamentou que sua criação não se desenvolveu como imaginava, até porque não previu o surgimento de redes sociais e da manipulação de dados na escala vista hoje em dia. Ele chamou atenção para a concentração e assimetria de poder que o mundo digital trouxe, o que coincidiu com um sentimento generalizado nos debates sobre os impactos das tecnologias sobre nossas vidas.

Essa viagem ao futuro, que se renova a cada edição do Summit, é um testemunho de fé na força do conhecimento, da inovação e de seu poder causal de transformação. A aposta do Governo do Distrito Federal é acertada. Trazer uma edição no Brasil do WebSummit para Brasília, posicionando de vez nossa capital como um hub de inovação do país.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // [circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

## Fiquem onde estão

Não é raro caber aos nossos irmãos e conterrâneos que moram em outros países, distantes no tempo e espaço, uma visão muito mais acurada sobre o que ocorre dentro do Brasil do que aqueles indivíduos que aqui permanecem por toda a vida. Essa ligação com o país de origem é um fator que, por mais que você viva longe da sua terra, nunca desaparece.

Em alguns casos, esse fenômeno de ligação e de pertencimento até se intensificam com o passar dos anos. Trata-se de um processo natural, intensificado por certa dose de melancolia e saudosismo. É o que os antigos escravos chamavam de banzo.

Essa história de que a pátria está nos sapatos do homem do mundo, pode até fazer sentido para aquele pequeno grupo de indivíduos que adota o planeta como uma casa estendida. De tão raros, esses personagens não pesam na balança que afere os sentimentos de natividade. Estar longe do país de origem faz crescer em muitos um sentimento diferente de nacionalismo, distante do que isso possa significar para oportunistas políticos.

É o nacionalismo da raiz, com tudo o que isso possa representar para o imaginário do indivíduo, incluindo aí sua infância, seus familiares e amigos e todo o ambiente que o cercava no passado. São imagens fixadas na mente e na alma e que nenhuma bonança material presente pode apagar.

Esses eternos estrangeiros, mesmo que possuam um novo documento de cidadania, vivem essa dualidade permanente. Em caso de conflito armado, entre o país que agora residem de forma definitiva e onde muitas vezes constituíram família, uma nova vida e identidade e a antiga terra de origem, de que lado ficarão?

A opção por defender qualquer uma das partes significa, de imediato, uma traição à outra. Mesmo a neutralidade, não optando por nenhuma, pode gerar um sentimento de dupla traição, o que parece ainda pior. Não há escolhas para o estrangeiro de dois países. Assim como não há um apagar das origens. Vive-se numa terra, sempre alheia como alguém do lugar.

O tempo, que a tudo promove o sentimento de pacificação, cuida de ir apagando a língua materna, substituída pelo novo vocabulário local. Palavras e frases inteiras são esquecidas e substituídas por outras do novo idioma. Não é nem uma língua nem outra, é a que basta no momento.

Para aqueles que ainda sonham em um dia retornar, mesmo que saibam no íntimo que nunca mais voltarão, há o refúgio no noticiário. Para isso, leem tudo que encontram sobre seu país de origem. Procuram confirmar suas suspeitas. Muita coisa piorou — e muito. O que aprendem nos jornais que agora acompanham diariamente é que parece não haver saída para o Brasil. Nem hoje, nem amanhã. Se inteiram e ficam em paz, sabendo que o melhor é permanecer onde estão e ir adiando para nunca um possível regresso.

O noticiário diário informa e previne: fique onde está, mesmo sendo um eterno estrangeiro. Por aqui, a situação nacional não possui saída feliz. Até mesmo seus amigos já se dispersaram pelo mundo. Outros morreram. Como morreram também parte de seus familiares, a sua rua e seus amores. Aquela praça e aquele córrego onde costumavam passar horas de sua mocidade já não existem mais. A praça está tomada de mendigos e viciados. O córrego que sobrou virou esgoto à céu aberto.

Os políticos e as elites do Estado, escolhidos pelo voto, que podiam fazer alguma coisa para mudar o rumo da decadência, não apenas não fazem nada, como ainda colaboram para piorar a situação e, assim, permanecerem por cima. Os jornais lá fora informam aos brasileiros de além mar: fiquem onde estão. O Brasil de suas saudades deixou de existir. Retornar por essas bandas é reviver os mesmos pesadelos que fizeram você um dia partir. Fiquem onde estão.

### » A frase que foi pronunciada

“A inteligência é feita por um terço de instinto — um terço de memória — e o último terço de vontade.”

Carlo Dossi

### Mandioca brasileira

» Mais uma vez, a Universidade de Brasília (UnB) presta uma carinhosa homenagem ao professor Nagib Nassar. Na semana passada, no campus de Planaltina, foi distribuída a variedade melhorada da mandioca desenvolvida pelo professor para toda a cidade de Cavalcanti e aos alunos do curso daquele campus que vieram de seis estados para se especializarem.

### Entusiasmo

» Carta de leitora entusiasmada pelo serviço recebido. “Uma dica para quem está apaixonado. E se estiver apaixonado e também for apaixonado por Brasília, melhor ainda! O fotógrafo Ivan Mattos, já conhecido pelo seu serviço voluntário ao Zoo Brasília, está arrancando suspiros, agora, pela Perpetuum Foto e Filme. Vale seguir a página da empresa para conferir os ensaios que têm ressaltado os traços dessa bela capital!”

### » História de Brasília

E não reiniciaram por má vontade, má-fé. O presidente do IAPFESP, general Aloísio de Andrade Moura, quer saber antes o resultado do inquérito mandado instaurar contra a comissão de sindicância que estudava um inquérito e vai daí por diante até alguém achar mais. (Publicada em 15/02/1962)